

O Governo quer baixar as pensões e aumentar a idade de reforma



CDU
Alfama
PCP-PEV



INFORMAÇÃO
N.º 4 – Setembro 2006

É preciso defender a Segurança Social pública, universal e solidária

A pretexto do aumento da esperança média de vida, o Governo PS quer aumentar a idade da reforma. A redução do valor das reformas e das pensões também está em causa, apesar de actualmente 85 em cada 100 reformados receberem uma pensão inferior ao salário mínimo.

Mas há mais:

O GOVERNO AVANÇA COM UM "PACOTE DE MEDIDAS" PARA A REDUÇÃO DE IMPORTANTES DIREITOS:

- **Aumento dos descontos a cargo dos trabalhadores**, com a desculpa de que os futuros reformados, porque vivem mais anos, estarão mais tempo a receber reformas;

- **Limitação no acesso a prestações sociais**, como abono de família,



Os direitos defendem-se agora!

DEP/PCP 2006 - www.pcp.pt

35 anos de liberdade!
Os direitos defendem-se agora!
Esclarecer e organizar

DIREITO À REFORMA AS PENSÕES NÃO PODEM BAIXAR!

Derrotar as propostas do Governo

pensão de sobrevivência, entre outras;

- **Criação de um sistema complementar público de contas individuais**, ou seja, de fundos de pensões privados, em que o trabalhador sabe quanto desconta mas não sabe o valor da reforma que eventualmente virá a receber.

A segurança social pública e universal é uma das grandes conquistas de Abril e um direito dos trabalhadores.

O argumento de que "não há dinheiro" é falso. A segurança social não está falida nem vai falir. É possível garantir a sustentabilidade da Segurança Social com maior eficácia na cobrança de dívidas e no alargamento das fontes de receita. As receitas poderiam ainda ser aumentadas se o Estado cobrasse os 3.400 milhões de Euros de dívidas dos patrões à Segurança Social.

A estagnação económica, o desemprego, a precariedade laboral e os baixos salários é que são responsáveis pela perda de vultuosas receitas do Sistema Público de Segurança Social!

As propostas do PCP visam o aprofundamento dos direitos dos trabalhadores e dos reformados.

Entre outras medidas, **o PCP propôs na Assembleia da República:**

- A criação de um imposto extraordinário, no valor de 0,25 por cento, sobre todas as transacções realizadas na Bolsa, a reverter para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

- Que os descontos para a Segurança Social feitos pelas grandes empresas (com lucros superiores a 500 mil euros anuais) sejam calculados também com base nestes lucros e não apenas com base nos salários dos trabalhadores.

É preciso agir e lutar.
Os direitos defendem-se agora!

Junta de Freguesia de São Miguel

Um ano de incompetência e paralisia

Foi há cerca de um ano que a coligação PS/PSD assumiu a presidência da Junta de Freguesia de São Miguel. Desde então, que tem feito a Junta?

Vejamos.

As obras estão paradas sem que a Junta tome qualquer posição. Basta passar pela Freguesia para sentir a degradação do espaço público, a falta de limpeza, as muitas falhas da iluminação, que deixam as nossas ruas às escuras e ainda a circulação e o estacionamento que continua caótico.

O programa Praia-Campo teve menos crianças e muito menos dinâmica do que em anos anteriores. O Presidente da Junta devia dar o exemplo e não empregar familiares seus, remunerados, em actividades da Junta!

Passado um ano, foram-se as brilhantes promessas eleitorais: o táxi social, a videovigilância, os múltiplos passeios para os idosos e nem a promessa de criação de uma escola profissional avançou!

É um facto: a gestão PS/PSD tem-se caracterizado pela incompetência e pela inércia, e quem perde é a população.

A CDU tem sido uma oposição responsável e construtiva, criticando, denunciando, mas também aprovando tudo o que seja positivo para a nossa Freguesia! Não vamos deixar de lutar por São Miguel!



Falta transparência

O Presidente da Junta continua a recusar-se a apresentar à Assembleia de Freguesia os documentos que o autorizam a exercer o seu cargo de Presidente a tempo inteiro e a receber o respectivo salário, violando claramente a Lei.

E se está a tempo inteiro, ou a meio tempo porque é que ninguém o vê na Freguesia, onde era seu dever estar, recebendo a população, resolvendo problemas?

Cremos que, a bem da credibilidade da Junta e do cargo de Presidente estas questões devem ser esclarecidas e a Lei respeitada. A CDU condena esta falta de transparência na gestão dos dinheiros públicos!

Nova sede da Junta ainda não abriu

A nova sede da Junta, conseguida pelo anterior Executivo CDU, situada na Rua de São Pedro continua fechada e sem utilização. Naquele local, os serviços da Junta teriam mais espaço para funcionar com dignidade e conforto para os utentes. O Executivo PS/PSD não demonstra vontade de pôr aquele espaço ao serviço da população e mantém-no fechado, ninguém sabe com que planos para o seu uso.

A CDU exige a abertura da nova sede para servir a população de São Miguel!

E a Assembleia de Freguesia?

O PS e o PSD convivem muito mal com a Democracia, como sabemos, e sentem-se incomodados pelo funcionamento dos órgãos da Freguesia. Assim, pura e simplesmente não realizaram a reunião da Assembleia de Freguesia do mês de Junho, como manda a Lei.

Nesta Assembleia, que é o órgão que fiscaliza a acção da Junta, deveria ter sido apreciado o relatório de actividades do Presidente, que também não o apresentou.

Será que o Presidente da Assembleia (PSD) já abandonou o cargo, como fizeram os eleitos do PSD em São Miguel, no mandato anterior? Ou será que apenas preferem que a acção da Junta não seja fiscalizada?

Junta de Freguesia de Santo Estêvão

O trabalho faz a diferença

Na Freguesia de Santo Estêvão, os eleitos da CDU têm deitado mãos ao trabalho!

Foram conseguidos diversos reforços da **iluminação pública**, através de substituição de lâmpadas e reparação de candeeiros, efectuados pelos serviços competentes da CML, mas após persistentes solicitações da Junta.

Realizaram-se diversas **intervenções no espaço público**, através da colocação de pilaretes, estendais e bancos. Continuou a reparação de gradeamentos e calçadas. Estas, no entanto, são consecutivamente danificadas pela circulação e estacionamento indevido de carros, que tornam muito difícil mantê-las em bom estado.

Fizeram-se, por pressão da Junta, várias desratizações e intervenções de limpeza urbana.

A Junta de Freguesia adquiriu **uma viatura**, que vai permitir servir melhor a população.

Realizaram-se diversas **actividades lúdicas e sociais, para todas as gerações**, como o tradicional passeio dos seniores e a semana de praia para cerca de 70 seniores, acções de sensibilização sobre diversos temas para os idosos e apoio às suas necessidades e deslocações.

Para os mais novos houve muitas iniciativas, como o Programa Praia-Campo, que envolveu cerca de 90 crianças e jovens, e como os projectos "Jovens em Acção" ou "Aprender a Pensar".

Podemos referir ainda, por exemplo, os "Encontros de Pais" e outras actividades, como a Festa anual de Folclore, que é realizada em colaboração com uma prestigiada associação regionalista da freguesia e vai já na sua 4.ª edição.

Com o apoio da população, os eleitos da CDU vão continuar a trabalhar pela nossa Freguesia!



A Câmara Municipal promete mas não cumpre

Apesar de anos de promessas e compromissos, a Câmara Municipal de Lisboa ainda não avançou com a construção da **Creche do Beco do Loureiro**, que é uma grande necessidade do nosso bairro.

As obras municipais estão paradas, desrespeitando os compromissos assumidos, em relação aos prazos da sua conclusão!

A falta de fiscalização do trânsito e estacionamento, no bairro, faz com que, apesar do sistema de condicionamento, os carros estacionem por toda a parte, dificultando a circulação e constituindo um perigo para a segurança dos moradores.

Ainda se lembra das carrinhas do «Porta-a-Porta»? Pois é! A Câmara, sem dar nenhuma informação aos moradores ou à Junta, quase acaba com este serviço, que foi uma das grandes bandeiras dos executivos do PSD.

A CDU vai continuar a lutar para que a Câmara de Lisboa cumpra as suas promessas e melhore a vida da população!

Nova Lei das Rendas

Favorecer os senhorios e prejudicar os inquilinos

O Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) representa um novo e grave factor de instabilidade social e de precariedade do direito à habitação, constitucionalmente consagrado.

É indisfarçável que este NRAU foi concebido para servir os interesses do capital financeiro e da sua actividade especulativa no negócio imobiliário.

Não bastava neste momento a precariedade no trabalho e a incerteza da garantia do salário, a precariedade na saúde - com o encerramento de maternidades, hospitais e urgências - e a precariedade na educação, vem agora este governo, que se diz socialista, impor um regime que provoca a total instabilidade no direito à habitação.

Esta lei visa de uma forma clara tornar mais fáceis os despejos - o que é indispensável à libertação de fogos e imóveis dos seus actuais inquilinos, em áreas financeiramente apetecíveis, como o bairro de Alfama, para satisfazer os interesses do capital, nomeadamente interesses no imobiliário.

Este NRAU traduzir-se-á num novo factor de instabilidade social, que decorre da impossibilidade de muitos inquilinos suportarem os valores das rendas sujeitas a negociação.

Os novos contratos de arrendamento, celebrados com base nesta lei, irão ter apenas 3 anos de renda condicionada, **o que facilita o aumento da renda ao belo prazer do senhorio.**

Aos jovens, o governo acaba de dar mostras da sua insensibilidade: **acabou com o Incentivo ao Arrendamento por Jovens**, que era um estímulo para poderem alugar casa, quando se encontravam no início de uma vida independente. O desaparecimento deste incentivo tornará ainda mais precária a situação da juventude portuguesa. Os jovens, na impossibilidade de arrendarem casa, ver-se-ão na

obrigação de ficarem ainda mais dependentes do crédito bancário, deteriorando assim ainda mais o mercado do arrendamento.

Esta lei, eliminando garantias legais ao inquilino, tende para uma relação entre inquilino e senhorio ditada apenas pela lei do mercado - onde o mais forte prevalece sobre o mais fraco -, traduz um grave ataque a um dos mais elementares direitos humanos: o direito a ter uma habitação.

O governo de maioria PS apresentou este Regime do Arrendamento Urbano como uma reforma em nome de todos, que agrada a todos e que é capaz de beneficiar inquilinos, senhorios e

o próprio Estado. Nada mais falso, pois, como diz o povo, não se consegue agradar a gregos e troianos!

Já que se está a falar de falsidades, esta lei assenta, de um forma deliberada, num falso pressuposto que este governo tenta passar: que o regime do arrendamento urbano que vigorava em Portugal seria sinónimo de rendas congeladas desde 1974. Mas a verdade incontestável é que, desde 1981, vigorava um regime de opção, por renda livre ou renda condicionada, para todos os novos contratos e, desde 1990, a liberalização das rendas era total, quer quanto à duração dos contratos, quer quanto ao seu valor.

Por mais anúncios publicados, por mais palavreado a proclamar aos sete ventos a bondade desta lei, a única verdade que se extrai do emaranhado de artigos que compõem a lei 6/2006, que aprovou o NRAU, é que o seu **principal objectivo é favorecer o capital financeiro, com interesses no sector imobiliário, prejudicando as famílias que vivem em casas arrendadas e dificultando o acesso dos jovens ao mercado do arrendamento.**

A CDU vai continuar a lutar contra esta lei injusta!

**Não se deixe enganar!
Proteste você também!**

